



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

ESCOLA DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

**ENTRE TERRITÓRIOS E SABERES: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA
COM A INCLUSÃO SOCIAL NO RIO DE JANEIRO**

BEATRICE SOARES DE SOUZA LEITE

RIO DE JANEIRO

2014

ENTRE TERRITÓRIOS E SABERES: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA COM A
INCLUSÃO SOCIAL NO RIO DE JANEIRO

BEATRICE SOARES DE SOUZA LEITE

Trabalho de Conclusão de Curso Apresentado à Escola de
Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
como requisito final para obtenção do grau de Licenciatura em
Pedagogia.

Marcio da Costa Berbat (Orientador)
Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro - UNIRIO

Rio de Janeiro
Maio
2014

**ENTRE TERRITÓRIOS E SABERES: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA
COM A INCLUSÃO SOCIAL NO RIO DE JANEIRO**

BEATRICE SOARES DE SOUZA LEITE

Avaliada por:

Data: ____/____/____

Claudia Miranda

Departamento de Didática – Escola de Educação
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

“Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política constato não para me adaptar, mas para mudar.”

(Paulo Freire)

Dedico este trabalho à população em situação de rua e à sua peleja a favor da sobrevivência. Aos homens que não se abandonam e não se submetem à desgraçada realidade em que vivem, que por pior que seja a situação nunca considera perdida.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Fofó Deus, minha eterna gratidão, por escolher morar em mim, me orientando em todos os momentos e por fazer de mim Luz em meio à escuridão.

A minha amável Família, meus pais Tiago e Ângela, irmã Hanna, meu avô Manoel e minha avó Cleonice, por lutarem junto comigo e investirem em mim. Prometo ser um referencial na vida do próximo e repassar tudo aquilo que aprendi com vocês. AMO VOCÊS!

Ao meu companheiro mais que divertido, Rangel Vieira, por acreditar no meu potencial, me apoiar e por me mostrar que a vida pode ser muito mais leve.

Aos meus amigos do CCC, tenho o maior orgulho de cada um, crescer com vocês foi incrível e peço a Deus que sempre os mantenha comigo. Espero que nossos filhos cresçam juntos para que, desde a infância, desfrutem da amizade verdadeira como sempre tivemos.

Aos meus “BEGOS”: Cintia Amorim, Hortência Santiago, Janaina Neves, Juliana Augusto, Lays Nascimento, Leonardo Oliveira, Marcão e Michele Sininho, obrigada pelos momentos vividos dentro da sala de aula e principalmente, pelas risadas no nosso point Márcio...rs.

Aos meus amigos, José Leonardo que me apresentou ao Bauman, à minha querida amiga e revisora textual Marize Gomes, à Ana Luiza e Vlândia Macri, que forneceram dados sobre o Projeto Cristolândia.

Aos voluntários do Projeto Cristolândia, que prontamente me receberam. Muito obrigada pelo trabalho que fazem, tenho certeza que será um divisor de águas, na vida de todos que passarem por lá.

A professora Claudia Miranda, por ter aceitado generosamente ler e avaliar este trabalho.

E a minha gratidão total ao meu querido orientador Márcio da Costa Berbat, sempre solícito, disposto a me ajudar. Incrível exemplo de educador e ser humano,

certamente se eu puder ser um pouco do que é, serei muito feliz. Muito obrigada por não desistir de mim!

BEATRICE SOARES DE SOUZA LEITE. **ENTRE TERRITÓRIOS E SABERES: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA COM A INCLUSÃO SOCIAL NO RIO DE JANEIRO.** Brasil, 2014, 40 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Escola de Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

RESUMO

No contexto contemporâneo, a leitura sobre a situação dos moradores de rua é bastante ampla. Ao longo dos anos, a demanda dessa população em espaços públicos cresce vertiginosamente e não há mais como ficarmos inertes a essa questão social. A proposta deste trabalho tem como objetivo a compreensão da população em situação de rua, enquanto sujeitos conscientes, visíveis e integrantes da sociedade. Para isso, realizei uma pesquisa etnográfica na Central do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Centralizei as experiências em pessoas que, além de morarem nas ruas, também são dependentes químicas. Consideradas incapazes de exercer um papel ativo na sociedade de consumo, encontrando-se literalmente à margem dela. Consiste em uma série de reflexões e ponderações quanto à importância e ausência da instituição escolar para lidar com as complexas conexões educacionais que a contemporaneidade nos coloca. Por fim, é acrescentada a perspectiva de uma prática pedagógica que anseia por uma política educacional comprometida não somente com fornecer informações, mas também pela verdadeira educação, aquela pronta a extirpar o paradigma da mecanização. Por meandros de tais medidas conseguiremos obter a democratização do ensino em seu real valor.

Palavras-chave: população; rua; drogas; educação.

INDICE DE SIGLAS

CT – Comunidades Terapêuticas

EFCB – Estrada de Ferro Central do Brasil

JMN – Junta de Missões Nacionais

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

ONGs – Organizações Não Governamentais

PEJA - Projeto de Educação de Jovens e Adultos

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

INDICE DE FOTOS

Foto 01 – Central do Brasil na década de 30_____	20
Fotos 02 – Ambulantes nas ruas ao redor da Central do Brasil_____	21
Foto 03 – Abordagens nas ruas próximas à Central do Brasil - Rio de Janeiro_____	30
Foto 04 – Abordagens nas ruas próximas à Central do Brasil - Rio de Janeiro_____	30
Foto 05 – Corte de cabelo na Sede do Projeto Cristolândia_____	31
Foto 06 – Arrumação dos pratos para o almoço_____	31
Foto 07 – Roda de estudo no Projeto_____	33

Sumário

Resumo	08
Introdução	12
Capítulo 1: Construção Biográfica e Escrita de Si	
1.1: A Escola e o Saber: Memórias da Minha Trajetória	14
Capítulo 2: Adentrando a rua, conhecendo as dificuldades	
2.1: Central do Brasil: Que Lugar é Esse?	20
2.2: Conceito de Comunidade: Rupturas Teóricas a partir da experiência	23
Capítulo 3: O Projeto Cristolândia	
3.1: Origem e Estrutura	28
3.2: O Projeto e seus objetivos	29
3.3: Interação com os moradores em situação de rua	34
Considerações Finais	37
Referências Bibliográficas	39

Introdução

Com distintas tipologias em relação à classificação dos moradores em situação de rua, nosso estudo tem relação mais direta com os que são denominados "cracudos". Vistos como os mais miseráveis dessa comunidade, pois além de não possuírem bens materiais, muitas vezes, têm a capacidade cognitiva afetada. Assim pertencendo aos que mais incomodam politicamente, rotulados como perigosos socialmente por não pertencerem à geração de consumo.

Embora existam políticas públicas destinadas a solucionar esse problema social, as Organizações Não Governamentais (ONGs) e as Instituições Religiosas têm um papel de destaque no acolhimento dessas pessoas, amparando-as com distribuição de alimentos, cobertores e roupas, na sua maioria.

Segundo Sposati (1999, p. 103), “Exclusão é um processo complexo, multifacetado, que ultrapassa o econômico do ponto de vista da renda e supõe a discriminação, o preconceito, a intolerância e a apartação social”.

A falta de interesse do Estado interfere diretamente nas atitudes da sociedade. Ora são tratados com compaixão, ora com repressão, desprezo e violência, tomando até o papel de “seres invisíveis”. Nesse âmbito, políticas precisam ser criadas para atuarem no foco, na causa do problema e não apenas em serviços de distribuição de objetos, para proporcionar além de dignidade, visibilidade social.

Para Dupas (1999) o conceito exclusão social é delimitado essencialmente pelo viés da pobreza, entendendo-a como a incapacidade de satisfazer necessidades básicas, enfatizando que não é apenas pela falta de acesso aos bens e serviços, mas também à justiça, à segurança e à cidadania.

Entendo que não há possibilidade de avançar na busca por soluções, se não fizermos uma análise precisa da realidade, se não buscarmos a fundo resolver as inúmeras questões que permeiam. Não pode mais haver espaço para pensamentos simplistas, olhares segregadores e até mesmo para ações higienistas, considerando que esses indivíduos enfeiam a cidade. É latente a necessidade de ultrapassarmos as barreiras criadas pelo pré-conceito, pela discriminação, fazendo com que a sociedade os veja com lixo humano, e com o senso comum de que estão na rua só porque desejam. É preciso romper a invisibilidade.

Seguindo esta perspectiva, realizei uma observação no Projeto Cristolândia, da instituição Junta de Missões Nacionais (JMN), a fim de, por meio deste trabalho, buscar contribuições efetivas para esse problema social no âmbito educacional e social.

Esta pesquisa foi realizada em três partes:

O primeiro capítulo é composto com as memórias da trajetória da autora, expondo o seu interesse pelo curso de licenciatura em pedagogia visando algo muito além de fins lucrativos, mas sim como uma identidade social.

Já no segundo capítulo, é abordado o porquê da escolha do local e qual a importância da Central do Brasil, localizada em área historicamente conhecida e ao mesmo tempo abandonada do ponto de vista social. Ainda nesse capítulo, é trabalhado o conceito de comunidade, segundo o sociólogo Zygmunt Bauman e a prática pedagógica pensada por Paulo Freire.

No terceiro e no quarto capítulos, apresenta-se a pesquisa realizada no cenário do Projeto Cristolândia, na Central do Brasil, utilizando uma abordagem qualitativa de pesquisa (ANDRÉ, 2012, p. 15), através do estudo de caso, incluindo atividades de campo integradas as ações na instituição pesquisada.

A última parte deste trabalho se relaciona à conclusão, objetivando expressar as descobertas através dos relatos. Propondo assim permitir ao leitor uma experiência de construir um novo olhar sobre as questões discutidas.

Capítulo 1: Construção Biográfica e Escrita de Si

1.1: A Escola e o Saber: Memórias da minha trajetória

Para Souza (2011, p. 213), a vida, profissão e narrativa estão entrecruzadas com relações territoriais e de poder, na medida em que remete o sujeito a viver sua singularidade, enquanto ator e autor, investindo em sua interioridade e conhecimento de si e estimulando questionamentos sobre suas identidades, reveladas nas escritas do eu. Nesse cenário, trajetórias de vida e fragmentos biográficos articulam-se através de ações coletivas, aprendizagem informal e experiências sociais como constitutivas das culturas, identidades, subjetividades e diversidades dos sujeitos em seus territórios de vida-formação.

Na tentativa de dialogar com o autor a partir das narrativas de vida (SOUZA, 2011) e analisando a minha trajetória, percebo que não poderia ser ou estar em um local diferente do que estou hoje. Meu amor por pessoas e sorrisos sempre foi maior do que qualquer outra paixão, afirmo com toda certeza. Esse pulsante sentimento é o que me faz viver de maneira tão leve e saborosa.

Quando criança visitava com muita frequência, aos finais de semana, a Favela do Cruzeiro, no Complexo do Alemão, porque meus avós e melhores amigos moravam lá. A realidade vivida naquele local era bem distante da que eu vivia em outro bairro durante a semana. Eu tinha todos os lançamentos de brinquedos, roupas da moda, viajava bastante, estudava em escolas particulares. Posso dizer que tive uma infância muito saudável e tranquila. Mas a minha alegria aumentava mesmo quando o sábado chegava. Eu abandonava todos os “mimos” e ia desbravar a favela, vivendo grandes “aventuras”.

Lembro-me de quando fazíamos sacolés e vendíamos pelas vielas para garantir o dinheiro dos meus amigos para a compra do lanche e das idas ao parque de diversão que havia nas proximidades. Como era divertido ficar pulando o esgoto, correr do Caveirão, contar quantos buracos de tiros podia encontrar pelas paredes. Mas fomos crescendo e a “graça” que achávamos disso foi se perdendo pelo caminho, assim como os rastros de sangue deixados por meu amigo em um dia de tiroteio.

Cresci em meio a duas realidades bem distintas. E comigo cresceu também o amor pelo próximo. Eu via como era difícil para os meus amigos “sobreviver” à falta de recursos: moradia precária; andar quilômetros sem dinheiro para o transporte; aulas canceladas devido aos tiroteios. Diante das dificuldades, alguns deles entraram para o

mundo das drogas e do crime. E eu continuava andando de carro, frequentando escola de elite, vivendo uma realidade que era uma utopia para eles.

Quando o ensino médio foi chegando ao fim, eu fui à única entre eles que prestei vestibular. Tentei Comunicação Social em todas as universidades, porém, como na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) não havia este curso, tentei licenciatura em pedagogia. Minha intenção inicial era a Comunicação Social - o curso mais desejado pelos amigos da escola. Como falavam que eu era criativa, acabei sendo mais umas concorrentes, entretanto, não conseguiram classificação para nenhuma delas. O que me deixou bastante triste à época. Mas eu ainda tinha a última chance que era a UNIRIO, a última prova do ano. Lembro que a redação era para fazermos um texto dissertativo argumentativo sobre a Essência e Aparência. Eu usei alguns trechos da música “A banda” do Chico Buarque (1966 - Gravada pela RGE), como:

“A minha gente sofrida
Despediu-se da dor
Pra ver a banda passar
Cantando coisas de amor”

Falei de como uma festividade, o Carnaval, tinha o poder de te “fazer esquecer” as dores, os problemas. Depois que se fantasiava e colocava a máscara você poderia ser quem você quisesse, vivendo intensamente essa aparência de felicidade plena, sem pudores... Mas sua essência, a vida real estava ali para mostrar que não é bem assim, logo após a passagem “da Banda”:

“Mas para meu desencanto
O que era doce acabou
Tudo tomou seu lugar
Depois que a banda passou

E cada qual no seu canto
Em cada canto uma dor
Depois da banda passar
Cantando coisas de amor”

Assim que a mágica do Carnaval acabava, as máscaras caíam, as fantasias eram jogadas no lixo e tudo voltava ao normal, à essência continuava. Depois que escrevi essa redação, “caiu à ficha” de que, se eu seguisse a linha da Comunicação Social, eu estaria sendo levada pela moda do momento e que de fato depois que a banda passasse, eu não seria totalmente feliz.

Lembro exatamente os detalhes de quando eu soube que havia passado para a UNIRIO. Eu e a minha família chorávamos de alegria, gritávamos pela janela e imediatamente meus pais pegaram seus telefones para comunicar a todos da família que eu era a primeira, de ambas as partes, a ingressar em uma universidade pública.

Confesso que fiquei um pouco constrangida na hora de contar para meus amigos de infância, pois a maioria já havia abandonado a escola para trabalhar. Assim que revelei a eles, todos comemoraram com tanta alegria que me senti na obrigação de dedicar esse meu curso a eles.

Durante a caminhada na UNIRIO, conheci pessoas incríveis, batalhadoras, sofridas que me impulsionaram ainda mais a mergulhar na Pedagogia Social¹. Essa minha inquietação, essa vontade de ajudar o próximo se intensificaram a partir do momento em que percebi que a educação era um marco e um diferencial na vida das pessoas. Não me refiro apenas à educação formal, institucional, mas aquela que vai muito, além disso, superando a tradição, o método bancário. A educação que acredito é a que causa a emancipação humana, que entende a dureza da realidade, que é libertadora, afetiva e contextualizada. Para Freire (2005):

¹ O conceito pensado pelo que conhecemos por Pedagogia Social surgiu na Alemanha em meados do século XIX. Essa concepção de educação eclodiu frente às desigualdades e problemas sociais resultantes do sistema econômico vigente que já começava a vitimar grande parte da população. A Revolução Industrial foi um importante marco histórico da nossa civilização, pois fez emergir um novo sistema econômico que transformou profundamente as relações sociais e políticas, trazendo significativas diferenças sociais. A Pedagogia Social nasceu da necessidade de amenizar as dificuldades e promover o desenvolvimento humano dentro deste contexto desfavorável. Os primeiros escritos sobre o tema foram de autoria do educador e linguista alemão Karl F. Mager que em maio de 1840 publicou a primeira edição do jornal “Pädagogisch Revue” (Revista Pedagógica) onde defendia que a educação deveria ser considerada em seu sentido mais amplo, universal, como provedora de cultura para a sociedade e não como formadora individual. Mager cunhou o termo “Pedagogia Social” em 1844 em uma das edições de seu jornal. Mais tarde em 1890, o filósofo e pedagogo também alemão Paul Natorp deu continuidade ao tema defendendo-o em seu livro “Sozialpädagogik”, como uma síntese de medidas educacionais especiais necessárias para resolver problemas resultantes das transformações ocorridas na sociedade moderna. O termo Pedagogia Social foi pela primeira vez citado no Brasil pelo sociólogo e educador escolanovista Fernando de Azevedo que compreendia a educação como transformadora da realidade. O sentido de social atrelado à Pedagogia por Azevedo reforçou a necessidade de prover uma educação que pudesse construir uma identidade cultural própria revalidada por ares democráticos (SOUZA, 2014, p. 16).

Educador e educandos (liderança e massas), co-intencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar este conhecimento. Ao alcançarem, na reflexão e na ação em comum, este saber da realidade, se descobrem como seus refazedores permanentes. Deste modo, a presença dos oprimidos na busca de sua libertação, mais que pseudoparticipação, é o que deve ser: engajamento (FREIRE, 2005, p. 64).

Enfim, tomei a educação como um estilo de vida e tenho a esperança de poder contribuir para a transformação de almas, de vidas por meio dela. Essa minha experiência, aqui relatada, com moradores em situação de rua, especificamente dependentes químicos, surgiu desse sentimento de trazer vida, de ter um olhar sensível a esses seres “invisíveis” que são tratados com frieza e de ser uma agente de mudanças.

Como grande parte das pessoas trata os moradores em situação de rua com muita hostilidade, me aproximar deles era uma tarefa delicada. Então, escolhi o projeto Cristolândia, da instituição Junta de Missões, que já realizava esse trabalho na Central do Brasil, para ter uma maior acessibilidade. Pelo fato dessas pessoas já conhecerem os voluntários, pude então observar e dialogar com mais facilidade.

Senti o desejo de relacionar a experiência vivida com as impressões do sociólogo Zygmunt Bauman, que aborda assuntos como amor, comunidade, sociedade de consumo e globalização, enfatizando sempre a ética e visão humanitária no que tange a vida rotineira de mulheres e homens comuns.

Questionando a ação dos governos neoliberais, os quais promovem e estimulam a lógica de mercado (acesso e controle de bens e serviços por iniciativa privada) e simultaneamente renegam a responsabilidade de estimular a justiça social, e Bauman nos afirma em uma de suas obras o seguinte:

Para começar, a comunidade é um lugar “cálido”, um lugar confortável e aconchegante. É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante da qual esquentamos as mãos num dia gelado. Lá fora, na rua, toda sorte de perigo está à espreita; temos que estar alertas quando saímos prestar atenção com quem falamos e a quem nos fala, estar de prontidão a cada minuto. Aqui, na comunidade, podemos relaxar – estamos seguros, não há perigos ocultos em cantos escuros

(...). (...) Todos nos entendemos bem, podemos confiar no que ouvimos, estamos seguros a maior parte do tempo e raramente ficamos desconcertados ou somos surpreendidos. Nunca somos estranhos entre nós (...) embora levados pela mesma vontade de melhorar nossa vida em comum, podemos discordar sobre como fazê-lo. Mas nunca desejamos má sorte uns aos outros, e podemos estar certos de que os outros à nossa volta nos querem bem (BAUMAN, 2003, p. 8).

Investigando esse conceito de “comunidade” pensado por Bauman, baseado na minha trajetória vivida em “comunidades” distintas (durante a semana em uma “comunidade” de consumo e competição e aos fins de semanas, integrada em uma “comunidade” de cumplicidade e afetividade) com as experiências vividas pelos moradores em situação de rua, os quais desejam pertencer à “comunidade” de consumo pensando assim tornarem-se seres visíveis novamente.

Segundo Silva (2009), considera-se a população em situação de rua como:

[...] um grupo populacional heterogêneo, mas que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, fatores que obrigam seus integrantes a procurar logradouros públicos (ruas praças, jardins, canteiros, marquises e baixos de viadutos), as áreas degradadas (dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, ainda que utilizem albergues para pernoitar, abrigos, casas de acolhida temporária ou moradias provisórias (SILVA, 2009, p. 136).

Assim acrescentando, para Rosa (2005) significa:

[...] um segmento heterogêneo de trabalhadores progressivamente alijados do mercado de trabalho formal, que exercem atividades profissionais intermitentes e instáveis, de baixa remuneração, e não tem residência fixa, vivem a alternância da moradia em pensões, em albergues e nas ruas da cidade e, para se alimentar, vale-se de pontos de distribuição de comida ou de centros de assistência social. Para

estas pessoas, viver nas ruas significa hoje mais do que antes, expor-se a precárias condições de vida e de trabalho e à violência policial e das ruas, agravada pela presença cada vez mais avassaladora do crack (ROSA, 2005, p. 36).

Sinceramente, não sei o que levou a maioria deles a se encontrar nessa situação hoje. Só posso dizer que preciso ajudar a mudar o futuro deles. É muito fácil só oferecer comida. Difícil mesmo é a caminhada, o processo de mudança, que leva tempo. É incrível quando a sua demonstração de amor e benevolência os faz sair dessa situação.

Capítulo 2: Adentrando a Rua, conhecendo as dificuldades

2.1: Central do Brasil: Que lugar é esse?

O serviço ferroviário suburbano da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) foi inaugurado em 1861, sendo assim o mais antigo do Brasil. Sua origem deu-se no

cenário econômico voltado para o mercado internacional, quando se sentiu a necessidade de construir uma rede de integração ferroviária que unisse os polos econômicos estratégicos do Rio de Janeiro.



Foto 01 - Central do Brasil na década de 1930.

Atualmente sua via férrea possui 207 quilômetros, atingindo 102 estações, distribuídas em oito ramais. Segundo informações fornecidas pela Supervia, o número de passageiros transportados em 2013 foi de 152.352.814, ou seja, a circulação de pessoas é intensa, assim tornando-se o transporte de massa dos subúrbios do Rio de Janeiro.

Na primeira metade do século XX, sofrendo pela falta de investimento em melhoria, regularmente seus usuários tinham que informar seus patrões sobre os atrasos ao serviço decorrentes das más condições, o que não difere da realidade atual, virando até samba:

“Patrão, o trem atrasou
Por isso estou chegando agora
Trago aqui um memorando da central
O trem atrasou meia hora
O senhor não tem razão

Para me mandar embora²!”

A Central do Brasil possui um papel marcante tanto na história como em nossa cultura. Manifestações e protestos acontecem em seu entorno, como a mais recente sobre o transporte público, entre outras demandas sociais. Também não podemos deixar de citar suas inúmeras citações em livros, músicas, programas de televisão e filmes, como o homônimo, do diretor Walter Sales em 1998 que concorreu ao Oscar de melhor filme estrangeiro, trazendo assim maior visibilidade para o local.

Milhares de pessoas passam por ela todos os dias. Trabalhadores, vendedores ambulantes, moradores ou simplesmente passantes, sem contar com as que trabalham nas lojas e lanchonetes em seu interior.



Foto 02 - Ambulante nas ruas ao redor da Central do Brasil

Entretanto além de ser conhecida pelos atributos citados acima, atualmente a Central do Brasil tem sido palco de uma das cenas mais tristes que podemos presenciar. A dos moradores em situação de rua e em sua maioria dependentes químicos.

Os vendedores ambulantes, conhecidos como camelôs, também utilizam o espaço físico coletivo, a rua, para sobreviver, levantando seu sustento. Por se tratar de um comércio não legalizado, frequentemente ocorre uma movimentação devido aos “rapas”, sinônimo de Guarda Municipal, que diariamente fazem rondas a pé e em veículos. As mercadorias vendidas irregularmente em volta da estação são apreendidas e

² Trecho do samba “O Trem Atrasou” de 1940, composto por Arthur VILLARINHO e Stanislau da SILVA, gravado por Roberto Paiva. Fonte: Os Grandes sambas da nossa história. BMG. 1997.

encaminhadas para os depósitos da Prefeitura ou, em caso de materiais piratas, para as delegacias mais próximas.

Causando um pouco de desorganização, barulho nas calçadas e às vezes confusão com os guardas, os ambulantes, através da informalidade, também fazem parte da sociedade de consumo, estando inseridos na comunidade de trocas de serviços acessíveis, oferecendo aos consumidores opções baratas e convenientes.

Diferentemente dos ambulantes, os moradores em situação de rua, especificamente os dependentes químicos, são estigmatizados por não contribuírem com o capitalismo, trazendo incômodo e medo às pessoas que precisam passar por ali.

Historicamente, a população em situação de rua é vista como um fenômeno de miséria, vadiagem e mendicância. As Leis Criminais do Império criminalizavam o ato de mendigar, possuindo dois artigos sobre o assunto, artigo nº 295 e 296. A partir do Código Penal da República, a mendicância e vadiagem absorvem quase o mesmo sentido.

Segundo um trecho da Carta Aberta ao Presidente da República Federativa do Brasil escrita no Segundo Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, em 20 de maio de 2009:

[...] o fenômeno população em situação de rua é antigo. Sua história remonta ao surgimento das sociedades pré-industriais da Europa, no processo de criação das condições necessárias à produção capitalista. No contexto da chamada acumulação primitiva, os camponeses foram desapropriados e expulsos de suas terras e nem todos foram absorvidos pela indústria nascente. Isso fez com que a maioria desses camponeses vivenciasse a amarga experiência de perambular pelas ruas exposta à violência da sociedade opressora, que acabara de nascer. “Assim surgiu o pauperismo que se generalizou pela Europa Ocidental, ao final do século XVIII e forjou o fenômeno população em situação de rua” (BRASIL, 2009).

Durante algumas conversas informais com esses moradores, todos relataram que, por ser um local de fácil mobilidade para outros bairros, a Central do Brasil também tem um significado muito importante para essa comunidade. Para eles, representa um lugar de “paz”, um campo “neutro”. Sendo assim, a Central é o território para quem não é “zumbi”. Termo utilizado para aqueles que não perderam as condições mentais de

raciocínio. Os que já chegaram a essa fase não podem ficar por ali e são “encaminhados” para as Cracolândias em outros bairros, considerando que a Central não seja uma.

Informaram também que a maioria nem sofre com as drogas, mas que na verdade são pessoas que vieram de outros estados, geralmente das regiões Nordeste e Norte, atrás de oferta de emprego. Porém ao chegarem aqui não conseguiram pagar o aluguel e terminaram morando na rua.

2.2: Conceito de Comunidade: Rupturas Teóricas a partir da Experiência

A palavra “comunidade” possui diversos termos semânticos, abrangendo diversos sentidos. Tendendo a representar proteção e segurança em uma “modernidade líquida”, expressão utilizada por Bauman para expressar a concepção de modernidade que adquiriu uma perspectiva "transbordante", em contraposição ao conceito de "sólido" enquanto duradoura dada à fluidez do mundo contemporâneo. Alicerçada nos sentimentos de solidariedade e harmonia, formam espaços de abrigo e conforto, diante das adversidades da vida urbana.

Assim como apresenta Bauman (2003, p.7) “comunidade’ produz uma sensação boa por causa dos significados que a palavra ‘comunidade’ carrega”. Trazendo à lembrança uma sensação de estar no lugar ideal em meio à vida em comum, almejando ser um refúgio seguro dos perigos de uma sociedade moderna. Passando pela afirmação de dimensão subjetiva, no qual se estrutura em um senso de pertencimento a uma determinada coletividade, além da espacialidade, comportando um código de moral e um sistema de valores definindo-a.

“O entendimento do tipo comunitário não precisa ser construído, já está dado, “completo e pronto para ser usado” e “precede todos os acordos e desacordos”“. É um entendimento “natural” e “evidente”, dado de antemão, e que confere organicidade a coletividade; que mantém as pessoas unidas “a despeito de todos os fatores que as separam” (BAUMAN, 2003, p. 15).

Vivemos em uma sociedade de consumo exacerbado, de risco e constantes mudanças. O indivíduo tornou-se multifacetado, absorvendo e adaptando-se aos novos padrões através da interação social. Essa capacidade de sofrer mutação é advinda da globalização, quando, através da tecnologia, as informações são repassadas com maior velocidade, diminuindo assim o espaço territorial, proporcionando comunicar-se com pessoas distintas a milhares de quilômetros de distância. E trazendo uma contradição à globalização, a individualização dos seres torna-os infelizes e anônimos.

Essa sociedade de exploração e profunda divisão das classes econômicas, na qual a “elite global” celebra o estilo de vida que é “a irrelevância do lugar, condição inteiramente fora do alcance das pessoas comuns, estreitamente presas ao chão e que, caso decidam soltar os grilhões vão encontrar funcionários da imigração pouco amigáveis e severos em lugar dos sorridentes recepcionistas dos hotéis” (BAUMAN, p.54).

Tornando assim nula a vontade de pertencer a uma comunidade, pois para o “cosmopolitismo dos bem-sucedidos” não há nenhuma vantagem partilhar com a rede de organizações comunitárias, afinal “os poderosos e bem-sucedidos não podem dispensar com facilidade a visão meritocrática do mundo sem afetar seriamente o fundamento social do privilégio que tanto prezam e do qual não querem abrir mão”.

Segundo Bauman, sendo inconciliável com o princípio comunitário de compartilhamento, não havendo lugar para a realidade dura e de pobreza, a semântica da palavra “comunidade” toma uma vertente diferente da “comunidade” dos despossuídos.

O autor ainda afirma que as intensas divisões de classes econômicas podem originar-se em guetos, expressão usada para negar radicalmente o conceito de comunidade. A demanda de comunitarismo estaria direcionada à autoridade dos expertos e à autoridade dos especialistas na realidade contemporânea: “(...) a autoridade dos expertos, pessoas “que sabem” (cuja área de competência é excessivamente ampla para ser explorada e testada pelos leigos) e autoridade do número (na suposição de que quanto maior o número, menor a chance de que estejam errados)” (BAUMAN, p. 61).

Seguindo esse conceito de gueto, segundo Bauman, eles podem ser organizados de duas formas distintas - o gueto voluntário e o gueto verdadeiro. Ambos são definidos

pelo confinamento espacial e a ideia de fechamento social, ou seja, a construção de uma homogeneidade dos "de dentro" e de uma heterogeneidade dos "de fora". Porém o que diverge é que no voluntário os integrantes desejam ficar (condomínios fechados) enquanto no verdadeiro elas não podem sair (favelas). No primeiro tipo de gueto, a individualização é acentuada, já o verdadeiro é caracterizado pela humilhação, gerando ódio pela vontade de não estar ali.

Existem evidências de que a educação sofre com as consequências da globalização, como um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de forma complexa (SOUSA SANTOS, 2002). Visando a preocupação com a eficiência, competitividade, eficácia, sucesso, desempenho satisfatório em exames nacionais e resultados. A educação “administrada” como uma empresa, na qual o seu negócio é atingir e desenvolver a inteligência para o mercado de trabalho.

Essa lógica nos remete ao termo “educação bancária”, utilizado por Paulo Freire, o qual sugere:

“Homens simplesmente no mundo e não com o mundo e com os outros. Homens espectadores e não recriadores do mundo. Concebe a sua consciência como algo especializado neles e não aos homens como “corpos conscientes”. A consciência como se fosse alguma seção “dentro” dos homens, mecanicistamente compartimentada, passivamente aberta ao mundo que irá “enchendo” de realidade. Uma consciência continente a receber permanentemente os depósitos que o mundo lhe faz, e que se vão transformando em seus conteúdos. Como se os homens fossem uma presa do mundo e este um eterno caçador daqueles, que tivesse por distração “enchê-los” de pedaços seus” (FREIRE, 2005, p 72).

A expansão uniformizada da sociedade do conhecimento não elimina a diversidade das relações sociais entre os indivíduos, pelo contrário, enfatiza as desigualdades econômicas. Pode parecer que as práticas pedagógicas sejam originadas pelos excluídos, marginalizados e dos grupos subalternizados, porém de fato não é considerada a vivência, as angústias, dúvidas sobre questões do cotidiano, da cultura local. Sendo assim, distanciam-se do compromisso com a justiça social.

Isso nos faz lembrar o globalitarismos e totalitarismos de Milton Santos (2000, p. 53), como as técnicas hegemônicas atuais são todas elas, filhas da ciência, e como sua utilização se dá ao serviço do mercado, essa amálgama produz um ideário da técnica e do mercado que é santificado pela ciência, considerada, ela própria, infalível. Essa, aliás, é umas das fontes do poder no pensamento único. Tudo que é feito pela mão dos vetores fundamentais da globalização parte das ideias científicas, indispensáveis à produção, aliás, acelerada, de novas realidades, de tal modo que as ações assim criadas se impõem como soluções únicas.

Uma educação de qualidade é aquela que possibilita ao estudante um bom desempenho no mundo imediato, respeitando as suas singularidades, considerando suas origens socioculturais, estimulando a não rejeitar as suas raízes, evidenciando o dialogo a partir do local e regional, como também prepará-los para o universo cultural, fortemente influenciado pelo contexto da globalização.

Através das conversas informais com os moradores em situação de rua, verificamos que a ausência de abordagem de temas como: drogas, violência, sexo e bebidas, fez uma grande diferença no destino dos mesmos. Vamos perceber adiante como assuntos simples e complemente corriqueiros não discutidos no espaço escolar trouxeram tantas marcas e rupturas na “comunidade de consumo”, “na comunidade da visibilidade”, da qual eles gostariam de retornar a participar.

Se as escolas tomassem como prática pedagógica a realização de palestras com pessoas que já passaram por problemas e conseguiram superar; bate-papos informais; visitas a orfanatos, asilos, enfim tomassem a realidade dos discentes como uma questão escolar, como algo que seja do interesse da escola, muitos problemas sociais diminuiriam. Pois os alunos perceberiam que a escola não está interessada apenas no pagamento da mensalidade ou em obter resultados numéricos a fim de receber premiações, mas que o foco maior da escola é criar cidadãos com consciência de mundo, de cidadania, de amor ao próximo. Mas lamentavelmente vivemos em uma sociedade que prefere remediar a prevenir.

Capítulo 3: O Projeto Cristolândia

3.1: Origem e Estrutura

O Brasil é um país de dimensões continentais e, assim como esta nação, imensas são as questões que angustiam o povo. País de grandes desigualdades, onde milhões de pessoas vivem em situação de fome e miséria, negligência, violência, problemas habitacionais, desemprego e aumento da população em situação de rua nas cidades.

Como fruto de uma série de debates e transformações políticas, econômicas e sociais, a assistência social avançou quando reconhecida como direito do cidadão e dever do Estado, juntamente com outras políticas que formam a seguridade social brasileira: a saúde e a previdência social. O reconhecimento oficial e definitivo se dá na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 194: “A seguridade social compreende um conjunto integradas de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

A Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 1.742 / 1993, chamada de LOAS) vem regulamentar as práticas desta política e propor ações neste âmbito que, com o Sistema Único de Assistência Social, traz os princípios, diretrizes, usuários e objetivos da política pública denominada Assistência Social.

Antes vista sob a ótica da benemerência, assistencialismo e paternalismo, a partir do marco legal dado pela Carta Magna, percebeu-se a necessidade, política, cultural e comportamental, de rever a relação de quem presta o serviço, como o faz e o público-alvo da assistência social, inaugurando uma nova percepção. Mudança marcante: os carentes, vistos agora, como cidadãos, usuários de um serviço, prestado pelo Estado e também por instituições parceiras.

Desde sua fundação, em 1907, a Junta de Missões Nacionais da Convenção Batista Brasileira – com sede no Rio de Janeiro, à Rua Gonzaga Bastos, nº 300, Vila Isabel, esteve atenta às demandas sociais da população, executando programas de desenvolvimento social no país, com apoio de empresas, igrejas e parceiros.

A Junta de Missões Nacionais desenvolve um trabalho social em todas as regiões brasileiras, por meio de instituições próprias e conveniadas. São programas e projetos, em diversas áreas temáticas, voltados às diferentes faixas etárias e grupos sociais, com objetivos específicos para cada público, visando à inclusão social.

Dentro dessa perspectiva há programas e projetos implantados nas áreas de assistência social; educação, cultura, saúde e nutrição. Abrangem desde o trabalho de reforço escolar e alfabetização nos sertões a centros de capacitação e profissionalização em comunidades nas capitais; atendimento à população em situação de rua; crianças em vulnerabilidade social, cerceadas em seus direitos básicos e expostas à violência; comunidades terapêuticas e centros de formação cristã para dependentes químicos;

atendimento social a povos indígenas, ciganos, grupos étnicos, comunidades ribeirinhas e quilombolas; inclusão de surdos e hansenianos; capelania para marinheiros, presidiários e pessoas hospitalizadas, entre outros.

Missões Nacionais também atua em situações emergenciais decorrentes de catástrofes naturais, por exemplo. Essas ações não se restringem ao momento da crise, mas se estendem à reabilitação das vítimas, recuperação ou construção de moradias, atendimento médico e psicológico, dentre outras iniciativas.

3.2: O Projeto e seus Objetivos

O projeto Cristolândia foi iniciado em São Paulo com a Missão Batista Cristolândia, mas também fazem parte do projeto Comunidades Terapêuticas e Centros de Formação Cristã. Como a questão das drogas tem sido uma epidemia no país, o projeto tem se expandido.

Atualmente existem unidades da Missão Batista Cristolândia nos estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Espírito Santo, Distrito Federal e Bahia. As Comunidades Terapêuticas estão nos municípios de Campos dos Goytacazes (RJ) e Muriaé (MG) e os Centros de Formação Cristã estão nos estados de São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, Goiás e Espírito Santo.

A primeira etapa ocorre na Missão Batista Cristolândia, onde os usuários de drogas são abordados nas próprias cracolândias, ruas nas quais vivem se drogam e praticam atos ilícitos para custear o vício.



Foto 03 – Abordagem nas ruas próximas à Central do Brasil - Rio de Janeiro



Foto 04 - Abordagem nas ruas próximas à Central do Brasil - Rio de Janeiro

Após abordagem nas ruas, os usuários são encaminhados à Missão onde recebem o primeiro atendimento, que consiste em banho, alimentação e corte de cabelo. A fim de mapear o público atendido e prestar serviços de âmbito social a pessoas, individualmente ou em grupos, é realizada a triagem social, identificando e analisando os problemas e necessidades do público atendido e orientando para o acesso a serviços, programas e projetos nas diversas áreas das políticas públicas que venham a promover a melhoria na qualidade de vida e convivência em sociedade.



Foto 05 – Corte de cabelo na Sede do Projeto Cristolândia



Fotos 06 - Arrumação dos pratos para o almoço

O serviço busca o atendimento de necessidades imediatas e encaminhamento à rede de serviços socioassistenciais e demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos, garantindo o monitoramento dos encaminhamentos realizados para os órgãos públicos ou organizações não governamentais buscando acompanhar a efetividade no atendimento. Visa contribuir para a redução das violações dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos e reincidência, proteção social a famílias e indivíduos, identificação de situações de violação de direitos e redução do número de pessoas em situação de rua.

Para isto, há um plantão social prestando atendimento ao público alvo, com profissionais de serviço social e psicologia, fazendo a abordagem, triagem, levantamento de demandas, encaminhamentos à rede socioassistencial e de garantia de direitos, tudo devidamente registrado em um sistema de controle interno para assegurar que o acompanhamento e monitoramento acontecerão sistematicamente.

Os que desejam deixar o vício de forma voluntária são direcionados ao tratamento da dependência química nos Centros de Formação Cristã e Comunidades Terapêuticas, também mantidas pela Junta de Missões Nacionais, sem qualquer custo.

O processo terapêutico completo se dará em 1 ano e 9 meses, promovendo o restabelecimento dos vínculos comunitários, familiares e sociais e investindo no desenvolvimento grupal e social, objetivando refazer seus laços familiares. Concomitantemente, há estímulo à conclusão de sua jornada escolar, encaminhamento para cursos profissionalizantes a fim de proporcionar a qualificação, culminando em sua inserção no mercado formal de trabalho.

O processo terapêutico ocorre em três fases. Na primeira (nos Centros de Formação Cristã I) eles são acompanhados no processo de desintoxicação, regularização civil, cuidado da saúde através do SUS e de profissionais de saúde voluntários. Já a segunda (Centro de Formação Cristã II), é a fase de capacitação e profissionalização e por fim para a fase de reinserção social. Por meio de uma convivência saudável e disciplinada, desenvolvem atividades rotineiras e de laborterapia, dando sequência ao processo de recuperação e resgate de valores familiares e sociais.



Foto 07 - Roda de estudo no Projeto

O Projeto prevê a intervenção desde a abordagem e triagem, passando pela desintoxicação, recuperação física e emocional, o resgate da autoestima, da dignidade e da cidadania, perpassando a capacitação e profissionalização com vistas à reinserção social do aluno, com fortalecimento dos vínculos familiares.

O seu objetivo é de acolher e promover a ressocialização (foto 07) dos frequentadores da região das cracolândias, usuários de crack e outras substâncias, através de busca ativa, e identificar famílias e indivíduos com direitos violados, a natureza das violações, as condições em que vivem estratégias de sobrevivência, procedências, aspirações, desejos e relações estabelecidas com as instituições, construindo o processo de saída das ruas e possibilitando condições de acesso à rede de serviços e a benefícios assistenciais e promovendo ações para a reinserção familiar e comunitária, visando à emancipação do indivíduo e a conquista de sua autonomia.

Obtendo assim como resultado, durante o período do ano de 2013, a realização de 70.019 atendimentos na Missão Batista Cristolândia nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Distrito Federal, Minas Gerais e Espírito Santo. Os Centros de Formação Cristã I atenderam 1.547 pessoas. Já os Centros de Formação Cristã II, atenderam 617 usuários.

Foi inaugurada ainda uma unidade denominada “Sonho de Mãe”, em Italva, município localizado no interior do Estado do Rio de Janeiro, onde mulheres com dependência química ficam em uma unidade especialmente estruturada para receber também seus filhos, trabalhando os vínculos familiares e a ressocialização.

3.3: Interação com os moradores em situação de rua

Acompanhando os voluntários dessa ONG, que já são conhecidos na região da Central do Brasil, conseguimos interagir com maior aceitabilidade com os moradores em situação de rua. Alguns, com medo de represálias, possuem certa dificuldade em dar abertura para um diálogo.

O dia é iniciado com abordagens ao redor da Central do Brasil e dentro do Campo de Santana. Os colaboradores da ONG, sem muita demora são reconhecidos pelo nome. Com muita amorosidade, recebem abraços espontâneos, outros cantam músicas que aprenderam no projeto. Após uma conversa informal são convidados a irem tomar café e almoçar na sede do Projeto, à Rua Senador Pompeu. E foi nesse momento que pudemos nos aproximar e conversar tranquilamente com dois ex-moradores de rua que também eram viciados em drogas.

O primeiro com quem conversamos F. F.³, de 21 anos, nasceu na cidade de Guarabira, na Paraíba. Ainda pequeno veio com a família: seus pais e oito irmãos, para morarem no município de Duque de Caxias em busca de oportunidade de emprego.

Assim que chegaram ao Rio de Janeiro, se depararam com o problema do alcoolismo de seus pais. Segundo ele, constantemente seus pais passavam dias na rua e quando voltavam, assistiam o cenário de frequentes agressões. Ele e seus oito irmãos decidiram se unir para tentarem mudar aquela realidade.

O mais velho apresentou as drogas para o restante, com o argumento de que usando ele conseguia esquecer todos os problemas, sentindo um enorme prazer e alegria. Seguindo a orientação do irmão, entendendo que era a melhor solução, todos experimentaram o “Loló”. A partir desse dia, apenas três irmãos não desejaram continuar usando. F.F. relatou que ele e seus outros irmãos transformaram o quarto em

³ Usamos siglas para preservar a identidade dos interlocutores, exemplo: F. F.

uma pequena cracolândia e que havia disputas entre eles e os pais para escolherem quais objetos da casa venderiam para conseguir drogas e bebidas.

Em meio a esse ambiente familiar conturbado, F.F e seus irmãos viram o seu pai falecer durante uma briga dentro de casa. Com a chegada da polícia, devido à morte em sua residência, todos os irmãos envolvidos com as drogas e também com o tráfico fugiram com medo de serem detidos pelos agentes policiais.

Após essa tragédia, ele e seus cinco irmãos passaram a morar na Central do Brasil. Segundo F.F., é uma região conhecida com “campo neutro”, bandidos e “cracudos” não vivem nessa região. Na Central, existem apenas os usuários de maconha, pó e cachaça. Os que tentam cometer pequenos delitos, a fim de conseguir recursos para aquisição de drogas, são expulsos da região pelos moradores mais antigos, para que não chamem muito a atenção da polícia para o local. F.F. afirmou que ele os irmãos nunca precisaram roubar, pois durante o dia trabalhavam em bicos para fazerem “intera” a fim de comprarem drogas.

Ao ser questionado sobre educação, sua escolaridade e qual a importância dos estudos, F.F. coçou a cabeça, riu e falou que nem lembrava quando havia sido a última vez que tinha entrado na sala de aula antes de morar na rua. Acrescentou que não sabia em qual ano havia parado, mas, rapidamente informou que já estava correndo atrás do tempo perdido, pois, estava frequentando o Projeto de Educação de Jovens e Adultos (PEJA) no Centro do Rio de Janeiro.

Prontamente disse se arrepender de não ter levado os estudos a sério e que hoje vê que fez a diferença na vida dos três irmãos que não seguiram no caminho das drogas. Atualmente eles são formados em universidades públicas e têm bons empregos.

Após morar por nove anos nas ruas ao redor da Central do Brasil, F.F. conheceu o Projeto Cristolândia e resolveu sair do “mundo do lixo”, como ele se refere às drogas. Desde o início do ano, está morando no alojamento do projeto próximo à Central. Ele não quer ir para o Centro Terapêutico, pois, se for, terá que “abandonar” os estudos mais uma vez. Ele está decidido a concluir os estudos e se tornar um professor de música, pois segundo ele, aprendeu a tocar violão no projeto e o amor pela música transformou sua vida.

Questionado se, na escola que frequenta atualmente, já havia participado de alguma aula que abordasse o tema das drogas, F.F. respondeu que a professora apenas distribuiu folder com algumas frases de incentivo a não usar drogas, porém não houve nenhuma conversa. Como alguns colegas de classe são usuários e de alguma forma envolvidos com o tráfico de drogas, por iniciativa própria, ele conversa com frequência sobre o assunto e conta a sua experiência pessoal, mostrando-se bastante interessado e disposto a dar palestras sobre a sua vida para que outras pessoas “não caiam na mesma cilada”, segundo suas próprias palavras.

O segundo bate-papo informal que tivemos foi com o D.S., 33 anos. Um pouco mais arisco, nos revelou que há dois meses não usa mais drogas, ou seja, desde o dia em que conheceu o Projeto. Perguntado sobre como foi parar na rua, D.S. falou: “Quem mora na rua é carro, eu morava na calçada, as pessoas cismam em falar errado”. Após concordar e pedir desculpas, recebemos o pedido de que escutasse sua história toda sem interrupções. E assim foi feito.

D.S. iniciou seu relato contando que nasceu em Macaé, tem duas irmãs mais novas e que teve uma infância muito difícil. Por ser o mais velho, precisou interromper seus estudos na 4ª série (5º ano), para trabalhar, sentindo-se na obrigação de ajudar na despesa familiar. Suas irmãs não deixaram de estudar e hoje já concluíram os estudos, uma inclusive é “professora de crianças” e a outra enfermeira. D.S. fala com bastante pesar que, se tivesse investido nos estudos, hoje teria um bom emprego e certamente não estaria naquela situação. Disse também que em nenhum momento temas como drogas e alcoolismo foram debatidos na sala de aula. Aprendeu tudo sozinho, no dia a dia.

Após casar, mudou-se de Macaé e veio morar no bairro da Gamboa, pois ficava próximo ao trabalho de sua esposa. Chegando ao Centro do Rio de Janeiro, D.S. revelou que, com pouco estudo, só conseguiu “subempregos” e o último o levou para “fim do poço”. Trabalhando na manutenção de trios elétricos, carros alegóricos, constantemente estava em festas, rodas de sambas e foi nesse meio que iniciou o seu vício. Usou escondido da esposa por um ano, porém quando ela descobriu, sussurrou com lágrimas nos olhos, D.S. sentiu-se envergonhado e humilhado. Depois dessa descoberta, saiu de casa e foi morar nas ruas, ou melhor, nas "calçadas" da Central. Depois de quatro meses

vivendo nessa situação, conheceu o Projeto e há dois meses está morando no alojamento, ajudando na cozinha, pois afirma: “Sou um excelente pizzaiolo”.

Atualmente, D.S. reconciliou-se com sua esposa e em poucas semanas será encaminhado para o Centro de Formação Cristã, no qual retomará seus estudos para futuramente ser um engenheiro mecânico.

Considerações Finais

Diante desse quadro, fica evidente a urgência na implementação de uma política pública social que vise com seriedade resolver esse problema estrutural na sociedade brasileira, sem diferenças de responsabilidade entre as áreas social, de saúde e educacional. Não podemos permitir que a instituição escolar, sozinha, seja responsabilizada pelo grande crescimento da população em situação de rua, fato que envolve pensar uma nova condição social, um novo país a partir dos direitos e diversidade de todos, o que nunca houve na recente história política em nosso país.

A formação de pedagogos precisa e deve acontecer de dentro da academia para fora. Devemos lutar por outra educação, por outra globalização, que ultrapasse o pensamento único (SANTOS, 2000). Deste modo, disposta a formar uma educação que trabalhe com as peculiaridades e particularidades dos grupos diferenciados de alunos, ou seja, a própria diversidade cultural brasileira.

Submerso nesse universo, o Projeto Cristolândia ofereceu uma aproximação com essa comunidade “excluída duplamente” (pelo fato de morarem na rua e serem dependentes químicos), proporcionando grande relevância na minha formação como pedagoga.

Da mesma forma, através das conversas informais revelou-se que é preciso investigar, pesquisar e desenvolver ações que foquem assuntos como as drogas, alcoolismo, violência, cumprindo um papel preventivo da educação na formação de professores para a educação básica.

A educação influencia direta e indiretamente na superação da realidade injusta, desafiando o educando a pensar criticamente na realidade social, política e histórica em que está inserido. Segundo Paulo Freire (2000):

Não podemos eliminá-los, mas podemos diminuir os danos que nos causam. Constatando, nos tornamos capazes de intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptar a ela (FREIRE, 2005, p. 47).

Por fim, afirmamos que são necessárias as iniciativas de formação de educadores e/ou professores, voltados para a pedagogia social, que prime pela crítica à diferença e lute pelas complexas conexões da sociedade contemporânea, subvertendo as lógicas elitistas ainda presentes no sistema educacional brasileiro. Só assim conseguiremos nos tornar profissionais completos, distantes do discurso racional em relação ao outro, mais humanos e preparados para proporcionar a real inclusão de todos os eixos culturais, econômicos e sociais ao sistema de escolarização.

Referências Bibliográficas

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da Prática Escolar**. São Paulo: Papirus, 2012.

- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BRASIL. **Política Nacional para Inclusão da População em situação de Rua**. Brasília, 2008.
- BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua**. Brasília: MDS - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação: Secretaria Nacional de Assistência Social. 2009.
- DAVID, E. G., - **A Ferrovia e sua História – Estrada de Ferro Central do Brasil**, AENFER, Coleção AENFER vol. II, Rio de Janeiro, 1998.
- DUPAS, G. **A lógica da economia global e a exclusão social**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 12, n. 34, Dec. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141998000300019&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06/05/2014.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.
- FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- GOMI, A. A. **A eletrificação das ferrovias brasileiras**. São Vicente – SP: Antônio Augusto Gorni, 2009.
- MELO, T. H. A. G. **A rua e a sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua** / Tomás Henrique de Azevedo Gomes. Curitiba, 2011. 194 f.
- ROSA, C. **Vidas de Rua**. São Paulo: Hucitec, 2005.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SILVA, M. 2009. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez.

SOUZA, E. C. **Territórios das escritas do eu: pensar a profissão – narrar a vida**. Educação, Porto Alegre, v.34. n. 2, p. 213-220, maio/ago, 2011.

SOUZA, V. C. **Pedagogia Social: Antecedentes, Inspirações e Tendências**. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Escola de Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2014.

SOUSA SANTOS, B. **Os processos da globalização**. In: SOUSA SANTOS, B. (Org.) A globalização e as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 2002.

SPOSATI, A. **Políticas sociais nos governos petistas**. In: MAGALHAES, I.; BARRETO, L.; TREVAS, V. (Orgs.) Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

INTERNET

Previdência Social. Disponível em:< <http://www.previdencia.gov.br/legislao/>>, Acesso em: 06/05/2014.

SuperVia. Disponível em:<<http://www.supervia.com.br/quemsomos.php>>, Acesso em: 14/05/14.